



Única	
1.ª Votação	Resultado
18104/1986	APROVADO
2.ª Votação	
/ /	
3.ª Votação	
/ /	

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# Câmara Municipal de Vereadores de Butiá.

PROJETO DE LEI Nº 701, DO EXECUTIVO

## Comissões Permanentes

DE

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo N.º 722/86

Data 16 de abril de 1986.

PROMOVENTE: PREFEITO MUNICIPAL

ASSUNTO: AUTORIZA DOAÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍ-  
PIO DE BUTIÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Câmara Municipal de Vereadores de Butiá**

Rua do Comércio, n.º 566 - Fone (051) 652-1399

A T O N.º 774

INCLUI O PROJETO DE  
LEI N.º 701, DO EXECUTIVO, NA PAUTA  
DOS TRABALHOS.

CARLOS MARION GUERRA SCHNADELBACH, Presidente da  
Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, usando das atribuições  
legais e na forma regimental, de conformidade com o artigo 35,  
inciso 1, letra "f", do Regimento Interno da Câmara Municipal de  
Vereadores de Butiá, inclui na pauta dos trabalhos, o Projeto de  
Lei n.º 701, do Executivo.

Outrossim, a Presidência, usando das atribuições  
que lhe confere o artigo 42º, do Regimento Interno da Câmara Munici  
pal de Vereadores de Butiá, encaminha o Projeto de Lei n.º 701,  
do Executivo, às Comissões Permanentes, para na forma regimental,  
receber o parecer das mesmas.

Sala das sessões, 16 de abril de 1986.

Ver. Carlos Marion G. Schnadelbach  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Em, 16 de abril de 1986.

Verª, Neuza Vargas

1ª Secretária





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Vereadores de Butiá**

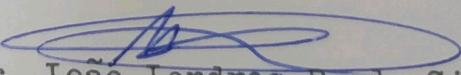
Rua do Comércio, n.º 566 - Fone (051) 652-1399

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 701

Vereador Leão Londres R. da Silva, abaixo firmado, propõe que o artigo 3º, do Projeto de Lei nº 701, do Executivo, tenha a seguinte redação:

"Artigo 3º - Sob pena de revogação da presente doação e consequente reversão da área de terras de que trata esta Lei, ao Patrimônio Municipal, a empresa AUTRIC DO BRASIL - Indústria e Comércio de Exportação e Importação de Auto Peças Ltda, deverá iniciar a construção de sua unidade fabril no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de assinatura da Escritura pública de doação de bem imóvel a ser firmada, bem como iniciar sua produção industrial no prazo máximo de 1 (um) ano contado da data do início da referida construção."

Sala das sessões, 18 de abril de 1986.

  
Ver. Leão Londres R. da Silva

8x1  
Rejeitada.  
Peryan  
Secretaria